QUINTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 2025

EDIÇÃO 1698
8 PÁGINAS

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA

Autorizado pela Lei 1648/2018

www.capanema.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL
CAPANEMA

MUNICIPIO DE CAPANEMA:75972760000160

Assinado digitalmente por MUNICIPIO DE CAPANEMA:75972760000160
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PJ A1, OU=Presencial, OU=21275478000102, OU=AC SyngularID Multipla, CN=MUNICIPIO DE CAPANEMA:75972760000160
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.05.29 17:00:00-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.1.0

EXPEDIENTE

ORGÃO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA
AUTORIZADO PELA LEI 1.431/2.005 DE 06/04/2.005,
LEI MUNICIPAL Nº 1.648/2018

DIREÇÃO: Jair Canci

DIAGRAMAÇÃO/EDIÇÃO: Vitória Lovera Marostega

APOIO TÉCNICO: Diego Stefano Junges e Pedro Augusto Gluszewicz Santana

PREFEITURA DE CAPANEMA
Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - CEP: 85.760-000
Fone: (46) 3552-1321
E-mail: diariooficial@capanema.pr.gov.br / adm@capanema.pr.gov.br
Capanema - Paraná
Prefeito Municipal: Neivor Kessler
Vice-Prefeito Municipal: Edemir Zandomênico Junior
Secretário de Administração: Jair Canci
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente: Airton Marcelo Barth
Secretário(a) de Logística e Contratações Interino: Jair Canci
Secretária de Educação e Cultura: Adriana Magnanti Lassig
Secretário de Esporte e Lazer: Anderson Ricardo Nodari
Secretário(a) da Família e Evolução Social: Izolete Aparecida Walker
Secretário da Fazenda Pública: Alecxandro Noll
Secretário de Infraestrutura e Urbanismo Interino: Jair Canci
Secretário(a) de Saúde: Magaiver Rodrigo Felipsen
Secretário de Viação e Obras: Roque Osmar Pompermaier
Diretor-Geral da SECON: Franconer Minte
Chefe de Gabinete Interino: Jair Canci

Controladora Geral do Município: Jeandra Wilmsen

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA
R. Padre Cirilo, 1270 - CEP: 85.760-000
Fone: (46) 3552-1596
E-mail: secretarialegislativa@capanema.pr.leg.br
Capanema - Paraná
Vereador: Dirceu Alchieri - Presidente
Vereador: Geancarlo Denardin - Vice-Presidente
Vereadora: Ivone Maria Natal da Silva - 1º Secretária
Vereadora: Edna Aparecida Tavares - 2º Secretária
Vereador: André Luiz Drebes
Vereador: Edson Wilmsen
Vereadora: Eduarda Soares Tortora
Vereador: Ercio Marques Schappo
Vereador: Jilmar Jablonski
Vereador: Sergio Ullrich
Vereador: Valdomiro Brizola

ATOS LICITATÓRIOS

1.º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços (ARP) nº 139/2024, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR e de outro lado a empresa MATHEUS RIZZI ENGENHARIA E CONSTRUCAO EIRELI

Pelo presente instrumento que firma de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR, já qualificado nos autos, e de outro lado a empresa MATHEUS RIZZI ENGENHARIA E CONSTRUCAO EIRELI., CNPJ sob o nº 22.744.110/0001-09, também já qualificada nos autos, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas da Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar Municipal nº 14/2022, ajustam o presente termo aditivo a Ata de Registro de Preços nº 139/2024, decorrente do processo de Licitação Modalidade Dispensa de Licitação nº 22/2024 e de acordo com o Parecer Jurídico nº 157/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Prorroga-se o prazo de vigência da ARP nº 139/2024 por 12 (doze) meses, cujo novo termo final será em 21/5/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA - Renova-se o quantitativo original da ARP, aplicando-se o IPCA acumulado entre 21/5/2024 a 20/5/2025, resultando no percentual de 5,5297% e totalizando o valor de R$ 98.145,00 (noventa e oito mil, cento e quarenta e cinco reais), conforme tabela a seguir:

Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/ serviço	Unidade de medida	Quantidade	Valor Unitário Contratado	Valor unitário após aplicação do IPCA	Valor total do Aditivo
1	68003	ARQUITETO PLENO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL, PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS, RELATÓRIOS E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA LIBERAÇÃO DE RECURSOS, ENTRE OUTROS AFINS.	h	300	85,00	89,70	26.910,00
2	68002	ENGENHEIRO CIVIL PLENO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONS ULTORIA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL, PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS, RELATÓRIOS E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA LIBERAÇÃO DE RECURSOS, ENTRE OUTROS AFINS.	h	750	90,00	94,98	71.235,00

CLÁUSULA TERCEIRA - Na hipótese de homologação de nova contratação do mesmo objeto ou que inclua o objeto da presente contratação, durante a vigência da ARP, decorrente da presente prorrogação, fica permitida a supressão total do saldo contratual, sem qualquer direito de indenização por parte do Contratado.

CLÁUSULA QUARTA - As demais cláusulas do contrato originário e seus aditivos, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

Município de Capanema, Estado do Paraná, em 20 de maiode 2025.

NEIVOR KESSLER
Prefeito Municipal

MATHEUS CASAGRANDE RIZZI
Representante Legal
MATHEUS RIZZI ENGENHARIA E CONSTRUCAO EIRELI

1.º Termo Aditivo ao Contrato nº 214/2024, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa PUMA MAQUINAS LTDA

Pelo presente instrumento que firma de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR, já qualificado nos autos, e de outro lado a empresa PUMA MAQUINAS LTDA., CNPJ sob o nº 23.655.349/0001-67, também já qualificada nos autos, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 14.133/2021 e Lei Complementar Municipal nº 14/2022, ajustam o presente termo aditivo ao Contrato Administrativo nº 214/2024, decorrente do processo de Licitação Modalidade Pregão Eletrônico nº 40/2024 e de acordo com a Decisão Administrativa, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica Rescindido o Contrato Administrativo nº 214/2024 pelos motivos expostos pela empresa que foi acolhido pelo Prefeito Municipal, valor total da Rescisão R$49.900,00(Quarenta e nove mil e novecentos reais), conforme abaixo

Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/ serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
1	68896	COLHEDORA DE FORRAGEM (ENSILADEIRA) DE ÁREA TOTAL PARA CULTURA DE VERÃO E INVERNO COM MÍNIMO DE 0,92 METRO DE LARGURA MÁXIMA DE TRABALHO, TRATORIZADO, EQUIPADO COM DOIS TAMBORES RECOLHEDORES COM DISCOS COM FACAS DE ALTA VELOCIDADE EM CADA TAMBOR, TRANSMISSÃO POR COROA E PINHÃO COM CAIXA BLINDADA, COM 4 ROLOS INTERNOS SENDO 02 ROLOS RECOLHEDORES, 01 LISO E 01 MÓVEL, ROTOR REGULÁVEL COM 12 FACAS EM PERFIL 'C', PROCESSADOR DE GRÃOS, 06 LANÇADORES, PLATAFORMA ARTICULÁVEL, ENGRENAGENS COM REGULAGEM DE TAMANHO DE CORTE, MÍNIMO DE 16 TAMANHOS DE PICADO (2 A 36MM), AFIADOR COM PEDRA EMBUTIDO, CONTRAFACA DO ROTOR FIXA COM DUAS VIDAS, 02 LIMPADORES POR ROTOR, BICA DE SAÍDA DOBRÁVEL COM PROTEÇÃO INTERNA, PÉ DE APOIO, CARDAN DE ACIONAMENTO, DEDOS ALINHADORES, TAMBORES RECOLHEDORES, TOMBADOR, PISTÃO DE GIRO DA BICA, CAIXA DE FERRAMENTAS, CAIXA DA PLATAFORMA LUBRIFICADA POR GRAXA, CARDAN DE ACIONAMENTO DO ROTOR E ROLOS, ALAVANCA DE COMANDO MANUAL DO QUEBRA JATO (VERSÃO SEMI-HIDRÁULICA), TRANSMISSÃO POR CAIXA E CARDAN, COMANDO HIDRÁULICO DA BICA, ROTAÇÃO REQUERIDA NA TDP DE 540 RPM, POTÊNCIA REQUERIDA NA TDP DE 65 A 95 CV. COM GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	PINHEIRO	UN	1,00	49.900,00	49.900,00

Município de Capanema 28 de abril de 2025.

Neivor Kessler
Prefeito Municipal

2.º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 139/2024, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa MATHEUS RIZZI ENGENHARIA E CONSTRUCAO EIRELI

Pelo presente instrumento que firma de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR, já qualificado nos autos, e de outro lado a empresa MATHEUS RIZZI ENGENHARIA E CONSTRUCAO EIRELI., CNPJ sob o nº 22.744.110/0001-09, também já qualificada nos autos, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 14.133/2021 e Lei Complementar Municipal nº 14/2022, ajustam o presente termo aditivo a Ata de Registro de Preços nº 139/2024, decorrente do processo de Licitação Modalidade Dispensa de Licitação nº 22/2024 e de acordo com o Parecer Jurídico nº 157/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Foi aplicado o indice IPCA- Indice de Preços ao Consumidor no saldo dessa ata, Valor Total do Aditivo R$ 2.152,90(Dois mil, cento e cinquenta e dois reais e noventa centavos), Conforme abaixo.

Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quantidade Acrescida	Valor Unitário Contratado	Valor após Aplicação do Indice	Valor total do Aditivo
1	68003	ARQUITETO PLENO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL, PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS, RELATÓRIOS E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA LIBERAÇÃO DE RECURSOS, ENTRE OUTROS AFINS.	MATHEUS R.E.E CONSTRUÇAO EIRELI	H	119,00	85,00	89,70	559,30
2	68002	ENGENHEIRO CIVIL PLENO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CIVIL, PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS, RELATÓRIOS E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA LIBERAÇÃO DE RECURSOS, ENTRE OUTROS AFINS.	MATHEUS R.E.E CONSTRUÇAO EIRELI	H	320,00	90,00	94,98	1.593,60

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas da Ata originária e Aditivos, não atingidos por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Município de Capanema 20 de maio de 2025.

NEIVOR KESSLER
Prefeito Municipal

MATHEUS CASAGRANDE RIZZI
Representante Legal
MATHEUS RIZZI ENGENHARIA E CONSTRUCAO EIRELI

3.º Termo Aditivo ao Contrato nº 178/2022, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR e de outro lado a empresa HOSPITAL SUDOESTE LTDA

Pelo presente instrumento que firma de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR, já qualificado nos autos, e de outro lado a empresa HOSPITAL SUDOESTE LTDA., CNPJ sob o nº 75.984.195/0001-50, também já qualificada nos autos, estando as partes sujeitas às normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Complementar Municipal nº 14/2022, ajustam o presente termo aditivo ao contrato administrativo nº 178/2022, decorrente do processo de licitação modalidade Inexigibilidade nº 4/2022 e de acordo com o Parecer Jurídico nº 161/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Prorroga-se o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 178/2022 por 3 (três) meses, cujo novo termo final será em 26/8/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - Em razão da prorrogação contratual, é acrescido o quantitativo e o valor referentes aos 3 (três) meses acrescentados, aplicando-se IPCA acumulado entre 27/5/2024 a 26/5/2025, resultando no percentual de 5,5297% e totalizando o valor do aditivo em R$ 1.013.601,30 (um milhão, treze mil, seiscentos e um reais e trinta centavos), conforme tabela a seguir:

Item	Descrição do produto/ serviço	Unidade de medida	Quantidade acrescida	Valor Unitário antes da aplicação do IPCA (R$)	Valor Unitário após aplicação do IPCA (R$)	Valor Total do aditivo R$
1	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, PRESTADORA DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES, LOTADA EM TERRITÓRIO MUNICIPAL, PARA ATENDIMENTO DOS PACIENTES NA RETAGUARDA DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE QUANTO AOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA/ EMERGÊNCIA (24 HORAS), AFIM DE GARANTIR NA INTEGRALIDADE A ASSISTÊNCIA AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/ PR	MÊS	3	320.162,96	337.867,10	1.013.601,30

CLÁUSULA TERCEIRA - Na hipótese de homologação de nova contratação do mesmo objeto ou que inclua o objeto da presente contratação, durante a vigência deste contrato, decorrente da presente prorrogação, fica permitida a supressão total do saldo contratual porventura existente, sem qualquer direito de indenização por parte do Contratado.

CLÁUSULA QUARTA - As demais cláusulas do contrato originário e seus aditivos, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente termo.

Município de Capanema-Pr, 26 de maio de 2025.

NEIVOR KESSLER
Prefeito Municipal

JOSE CARLOS MAESTRELLI
Representante Legal
HOSPITAL SUDOESTE LTDA
Contratado

DECRETOS

DECRETO Nº 7.862, DE 28 DE MAIO DE 2025.

Regulamenta o procedimento de adesão à ata de registro de preços previsto no art. 120 da Lei Complementar Municipal nº 14/2022 (LCM 14/22) e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 123, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Capanema e em respeito ao disposto na Lei Complementar Municipal n° 14/2022,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos de:
I - adesão à ARP gerenciada por órgão público do Município de Capanema por Órgãos ou Entidades não Participantes; e
II - adesão à ARP gerenciada por órgão ou entidade federal ou do Estado do Paraná por órgãos públicos municipais não participantes.

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:
I - ata de registro de preços (ARP): o documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas, aplicando-se, no que couber, as disposições relativas aos contratos previstas na Lei Complementar Municipal nº 14/2022 e neste regulamento;
II - órgão ou entidade gerenciadora: órgão ou entidade da Administração Pública municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ARP dele decorrente;
III - órgão ou entidade participante: órgão ou entidade da Administração Pública municipal que participa dos procedimentos iniciais da contratação para registro de preços e integra a ARP;
IV - órgão ou entidade não participante: órgão ou entidade da Administração Pública municipal que não participa dos procedimentos iniciais da licitação para registro de preços e não integra a ARP.
§ 1º No âmbito da estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Capanema/PR o órgão municipal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços é o Departamento de Contratações Públicas, vinculado à Secretaria Municipal de Logística e Contratações - SELOG.
§ 2º Como regra geral, o gerenciamento da ARP será de responsabilidade da Secretaria Municipal principal interessada na contratação do objeto, com apoio da equipe de Analistas de Contratação da SELOG.
§ 3º Em se tratando de registro de preços de objetos utilizados por todos os órgãos públicos municipais, o gerenciamento da ARP será de responsabilidade da SELOG.

Seção II
Da Adesão à ARP gerenciada por órgão público do Município de Capanema
por Órgãos ou Entidades não Participantes

Art. 3º Durante a vigência da ARP e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ARP, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.
§ 1º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ARP para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
§ 2º O quantitativo decorrente das adesões à ARP a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
§ 3º Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.
§ 4º O órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os seguintes requisitos:
I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, na forma dos artigos 38 a 43 da LCM 14/22;
III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e

do fornecedor.
§ 5º Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

Art. 4º Na hipótese de órgão ou entidade não participante vinculado a outro ente federado manifestar interesse em aderir à ARP do Município de Capanema, além dos requisitos do §4º do art. 3º, deverá cumprir os seguintes:
I - encaminhar o regulamento interno do respectivo ente federado que permite a adesão a ARP de outros entes federados;
II - apresentar Estudo Técnico Preliminar que cumpra os requisitos estabelecidos no inciso III do art. 6º deste Decreto;
III - encaminhar o processo interno, firmado pela autoridade competente, que autorizou a contratação direta por meio da adesão à ARP gerenciada por órgão público do Município de Capanema.
Parágrafo único. A documentação será analisada pelo Departamento de Contratações Públicas da SELOG, colhendo-se a autorização do órgão gerenciador, permitida a solicitação de parecer jurídico da PGM caso haja necessidade.

Seção III
Da Adesão à ARP gerenciada por órgão ou entidade federal ou do Estado do Paraná
por Órgãos Públicos Municipais

Art. 5º Os órgãos e entidades públicas municipais poderão aderir à ARP gerenciada por órgão ou entidade federal ou do Estado do Paraná, incluindo consórcios de que pelo menos um deles seja parte, observando-se os requisitos da legislação federal ou estadual aplicável, respectivamente, além do disposto neste Decreto.

Art. 6º Na hipótese de um órgão público municipal conhecer e se interessar numa possível adesão à ARP gerenciada por órgão ou entidade federal ou do Estado do Paraná, a eventual contratação observará o seguinte procedimento:
I - o órgão ou entidade pública municipal não participante deve:
a) avaliar o edital e o termo de referência da respectiva licitação ou a própria ata que se pretende aderir, para identificar se consta expressamente em alguns desses documentos a possibilidade de adesão de órgãos ou entidades não participantes;
b) caso a avaliação indicada na alínea "a" do inciso I do caput seja positiva, o órgão ou entidade pública municipal não participante deve entrar em contato formal com o órgão ou entidade gerenciadora da ata, para solicitar prévia concordância com a possível adesão por parte do órgão ou entidade pública municipal não participante;
c) caso seja afirmativa e escrita a resposta do órgão ou entidade gerenciadora da ata, o órgão ou entidade pública municipal não participante deve entrar em contato formal com a pessoa jurídica melhor classificada na respectiva ata, para solicitar sua prévia concordância em fornecer o objeto ao órgão ou entidade pública municipal não participante nas mesmas condições previstas originariamente;
d) caso sejam positivas todas as respostas aos questionamentos indicados nas alíneas "a" a "c" do inciso I do caput, o órgão ou entidade pública municipal não participante irá elaborar a solicitação de abertura de contratação por meio de adesão à ARP, encaminhando-a ao órgão competente (SELOG), juntando, no mínimo, a seguinte documentação:
1 - os documentos comprobatórios referentes aos questionamentos e respostas previstas nas alíneas "a" a "c" do inciso I do caput;
2 - o processo de contratação original, na íntegra, referente à ARP que se pretende aderir;
3 - a ARP que se pretende aderir, em documento separado;
4 - o edital da licitação original em documento separado;
5 - o Termo de Referência original definitivo em documento separado;
6 - o ETP original definitivo em documento separado.
II - o órgão competente (SELOG) seguirá o procedimento de contratação direta, observando-se as adaptações das disposições seguintes;
III - o órgão competente (SELOG ou órgão interessado) elaborará o ETP ou TR caracterizando o interesse público envolvido, indicando todas as justificativas, incluindo a avaliação da melhor solução escolhida, preenchendo os requisitos legais exigidos para o ETP e para o TR, observando-se as condições de execução e informações técnicas pertinentes previstas no TR e/ou ETP da licitação original, com especial atenção aos seguintes aspectos específicos:
a) necessidade do objeto;
b) vantagem do procedimento de adesão em detrimento de deflagração de licitação própria;
c) indicação clara da vantagem econômica da adesão;
d) a avaliação da impossibilidade ou desvantajosidade da aplicação das normas da política municipal de contratações públicas;
e) em se tratando de fornecimento de produtos, o processo deve conter a opinião técnica acerca da:
1 - avaliação da marca e da qualidade do produto e comparação com outras do mesmo ramo, incluindo a análise de durabilidade, segurança, produtividade, eficiência e/ou outros aspectos relevantes;
2 - avaliação da necessidade, existência e custo-benefício da assistência técnica em comparação com a assistência técnica de outras marcas do mesmo ramo;
3 - avaliação das condições de garantia e comparação com a garantia de outras marcas do mesmo ramo;
4 - avaliação do prazo e condições de entrega do fornecedor compatíveis com a necessidade do órgão interessado.
f) em se tratando de prestação de serviços:
1 - avaliação se houve a exigência de qualificação técnica adequada na licitação de origem, especialmente a documentação de habilitação técnica dos profissionais da equipe da empresa contratada;
2 - avaliação se a qualificação técnica exigida na licitação de origem cumpre as necessidades do órgão ou entidade pública municipal não participante;
3 - análise da compatibilidade da demanda de serviços da pessoa jurídica classificada em primeiro lugar, a composição da sua equipe técnica e a demanda de serviços do órgão ou entidade pública municipal não participante;
4 - exigência expressa de que os profissionais da empresa, cuja documentação fundamentou a qualificação técnica da empresa na licitação de origem, sejam os mesmos que prestarão os serviços ao Município de Capanema;
5 - é vedada a contratação de serviços por meio de adesão à ARP proveniente de licitação que não exigiu qualificação técnica adequada, analisada esta sob a ótica das necessidades e exigências do objeto que o órgão ou entidade pública municipal não participante pretende contratar.
IV - a equipe da SELOG realizará a pesquisa de preços e analisará o mercado local do objeto da ARP, por meio do cadastro municipal de fornecedores e por meio do apoio do Escritório de Compras Públicas;
V - a equipe da SELOG averiguará a existência de alguma representação do TCE/PR ou TCU sobre a licitação que deu origem à ARP e o respectivo resultado, se houver, juntando a documentação no processo;
VI - a equipe da SELOG encaminhará os autos à SEFAZ para emissão de parecer contábil;
VII - o órgão competente da SEFAZ emitirá parecer contábil indicando a dotação orçamentária e a avaliação do cumprimento das normas da Lei de Responsabilidade Fiscal;
VIII - o(a) Agente de Contratação emitirá certidão de cumprimento dos requisitos deste Decreto;
IX - a equipe da SELOG encaminhará os autos à PGM para emissão do parecer jurídico;
X - a PGM realizará o controle prévio de legalidade;
XI - estando em ordem o processo, a equipe da SELOG o encaminhará ao Chefe do Poder Executivo municipal, ou à autoridade por ele designada, para expedição da decisão;

XII - a equipe da SELOG realizará o encaminhamento da documentação necessária ao órgão gerenciador da ARP, para fins de aprovação formal da adesão pelo órgão gerenciador e pelo fornecedor;
XIII - aprovado formalmente a adesão pelo órgão gerenciador e pelo fornecedor, observando-se os demais requisitos exigidos pelo órgão gerenciador, será realizada a assinatura da ARP local pelas partes ou outro documento congênere, observadas as condições e obrigações originais da ARP;
XIV - a equipe da SELOG providenciará as publicações oficiais exigidas pela legislação.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Município de Capanema, Estado do Paraná, ao dia 28 de maio de 2025.

Neivor Kessler	Jair Canci	Álvaro Skiba Júnior
Prefeito Municipal	*Secretário Municipal de Logística e Contratações*	*Procurador Municipal*

DECRETO Nº 7.863, DE 29 DE MAIO DE 2025.

Dispõe sobre a implementação do Governo Digital no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Capanema, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, razoabilidade e sustentabilidade na gestão pública;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021, que trata dos princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e o aumento da eficiência pública;
CONSIDERANDO a obrigatoriedade do tratamento adequado de dados pessoais pela administração pública, conforme a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD);
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito dos usuários dos serviços públicos à informação, à participação e ao controle, nos termos da Lei Federal nº 13.460/2017 e da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI);
CONSIDERANDO as recomendações e boas práticas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), especialmente quanto à modernização administrativa, à governança digital, à transparência, à proteção de dados e à gestão de riscos;
CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a utilização de processos e documentos eletrônicos, a prática de atos administrativos digitais, a preservação documental e a segurança da informação no âmbito da administração pública municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de Capanema, o Governo Digital, que se materializa pela tramitação eletrônica dos processos administrativos, pela gestão de documentos digitais e pela prestação digital de serviços públicos.

Art. 2º O Governo Digital Municipal terá as seguintes diretrizes:
I - a manutenção dos serviços digitais disponíveis, bem como a garantia da sua evolução tecnológica;
II - ampliação da oferta de serviços digitais;
III - aproximação entre a gestão municipal e o cidadão;
IV - uso da tecnologia e da inovação como habilitadoras da inclusão diminuindo as desigualdades;
V - busca da permanente melhoria dos processos e ferramentas de atendimento ao cidadão.

Art. 3º O Departamento de Tecnologia da Informação, coordenará o estudo para a ampliação dos serviços digitais públicos.

Art. 4º A Administração Pública Municipal poderá criar instrumentos para desenvolvimento de capacidades individuais e organizacionais necessárias à transformação digital, com o objetivo de:
I - criar e avaliar estratégias e conteúdos para o desenvolvimento de competências para a transformação digital entre servidores municipais;
II - pesquisar, desenvolver e testar métodos, ferramentas e iniciativas para a colaboração entre servidores municipais e cidadãos no desenho de soluções focadas na transformação digital.

Art. 5º As Plataformas de Governo Digital são ferramentas digitais e serviços comuns aos órgãos municipais, normalmente ofertados de forma centralizada e compartilhada, necessários para a oferta digital de serviços, devendo possuir pelo menos as seguintes funcionalidades:
I - ferramenta digital de solicitação de atendimento e de acompanhamento da entrega dos serviços públicos;
II - painel de monitoramento do desempenho dos serviços públicos.

Art. 6º Os órgãos e as entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos deverão, no âmbito de suas respectivas competências:
I - manter atualizadas as informações institucionais e as comunicações de interesse público, principalmente as referentes à Carta de Serviços ao Cidadão;
II - monitorar e implementar ações de melhoria dos serviços públicos prestados, com base nos resultados da avaliação de satisfação dos usuários dos serviços;
III - integrar os serviços públicos às ferramentas de notificação aos usuários, de assinatura eletrônica, quando aplicáveis;
IV - eliminar, inclusive por meio da interoperabilidade de dados, exigências desnecessárias quanto à apresentação, pelo usuário, de informações e de documentos comprobatórios prescindíveis;
V - aprimorar a gestão das suas políticas públicas com base em dados e em evidências por meio da aplicação de inteligência de dados em plataforma digital.

Art. 7º Os órgãos e entidades prestadores de serviços públicos buscarão oferecer aos cidadãos a possibilidade de formular sua solicitação, sempre que possível, por meio eletrônico.

Art. 8º As Plataformas de Governo Digital deverão atender ao disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados, bem como no Decreto nº 7.851/2025, de 14 de maio de 2025, que a regulamenta no âmbito municipal.

Art. 9º São garantidos os seguintes direitos aos usuários da prestação digital de serviços públicos:
I - gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital;
II - atendimento nos termos da Carta de Serviços ao Cidadão;
III - padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, de guias e de outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital;
IV - recebimento de protocolo, físico ou digital, das solicitações apresentadas;

Art. 10. Os órgãos e as entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos detentores ou gestores de bases de dados, inclusive os controladores de dados pessoais, deverão gerir suas ferramentas digitais, tendo em consideração:
I - a interoperabilidade de informações e de dados sob sua gestão, respeitadas as restrições legais, os requisitos de segurança da informação e comunicação, as limitações tecnológicas e a relação custo-benefício da interoperabilidade;
II - a proteção de dados pessoais, observada a legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 13.709, de 2018 e o Decreto nº 7.851/2025, de 14 de maio de 2025.
Art. 11. Os órgãos e entidades da Administração direta e indireta

promoverão o uso de dados para a construção e o acompanhamento das políticas públicas, respeitados a Lei Federal nº 13.709, de 2018 e Decreto nº 7.851/2025, de 14 de maio de 2025.

Art. 12. Os serviços digitais públicos disponíveis e em operação, são os seguintes:
I - Carta de Serviços ao Usuário;
II - Transparência Municipal;
III - LAI: Lei de Acesso à Informação;
IV - Diário Oficial do Município;
V - Portal Do Servidor;
VI - Consulta Concursos Públicos e Processos Seletivos;
VII - Legislação municipal;
VIII - Nota Fiscal Eletrônica;
IX - Portal do Contribuinte;
X - Sistema Web de Ouvidoria.
Parágrafo único. Os serviços realizados através das Plataformas Digitais, bem como sua forma de acesso, estarão dispostos na Carta de Serviços ao Usuário, presente no Portal da Transparência do município.

Art. 13. O acesso para o uso de serviços públicos poderão ser garantidos total ou parcialmente pela Administração, com o objetivo de promover o acesso universal à prestação digital dos serviços.

Art. 14. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 29 de maio de 2025.

Neivor Kessler
Prefeito Municipal

PORTARIAS

PORTARIA N.º 8.942, DE 29 DE MAIO DE 2025.

Concede Licença Especial ao servidor público efetivo Tabajara Szimanski Pelegrina Lopes.

O Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o disposto no artigo 74-C, da Lei Municipal nº 877/2001, alterada pela Lei Complementar nº 004/2012, de 09 de abril de 2012 e pela Lei Complementar nº 20, de 27 de julho de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de Licença Especial ao servidor efetivo Tabajara Szimanski Pelegrina Lopes, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no cargo de Educador Infantil, matrícula nº 2080-1, referente aos períodos aquisitivos de 2012 à 2017, a ser usufruída no período de 19/05/2025 à 17/06/2025, com todos os direitos e vantagens do cargo.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 19 de maio de 2025.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, aos 29 dias do mês de maio de 2025.

Neivor Kessler
Prefeito Municipal



O ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PODE SER CONSULTADO GRATUITAMENTE NOS SEGUINTES LOCAIS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

internet: www.capanema.pr.gov.br